

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA- LICENCIATURA

Fatima Silvane Sampaio

**A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
SOB O OLHAR DA COMUNIDADE ESCOLAR**

Porto Alegre, 2010.

Fatima Silvane Sampaio

**A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
SOB O OLHAR DA COMUNIDADE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia/Licenciatura- Modalidade à Distância, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora:
Prof^a Dra. Gládis Kaercher.

Tutora:
Rossana Strunz Coelho dos Santos

Porto Alegre, 2010

Fatima Silvane Sampaio

**A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
SOB O OLHAR DA COMUNIDADE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia/Licenciatura, Modalidade à distância da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dra. Gládis Kaercher

Tutora: Rossana Strunz Coelho dos Santos

Aprovado em ___/___/_____.

A Comissão Examinadora abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso A Inclusão na Educação Infantil Sob o Olhar da Comunidade Escolar, elaborado por Fatima Silvane Sampaio, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Nome
Titulação

Nome
Titulação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profa. Valquíria Link Bassani

Diretor da Faculdade de Educação: Prof. Johannes Doll

Coordenadoras do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura na modalidade a distância/PEAD: Profas. Rosane Aragón de Nevado e Marie Jane Soares Carvalho

Agradecimentos

Primeiramente a DEUS, por sempre atender meus pedidos e fazer de mim uma mulher determinada, lutadora e persistente. Tudo que sou devo a TI SENHOR!

As minhas filhas KETLIN e KEROLIN e ao meu esposo ALEX, por compreenderem minha ausência. Amo vocês intensamente!

A TODOS, meus familiares, meus amigos e colegas de profissão que me acompanharam nesta caminhada e contribuíram com palavras de conforto e incentivo nos momentos de insegurança.

"A rua de acesso à inclusão não tem um fim porque ela é em sua essência, mais um processo do que um destino." (Mittler, 2003).

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central a inclusão na Educação Infantil. Busca saber o que pensa a comunidade escolar (pais de alunos inclusos, pais de alunos que incluem e educadores), sobre a inclusão de alunos com NEEs na escola regular. Buscou-se referencial teórico principalmente em Mantoan, Carvalho, Thompson, Wickham, Wegner & Ault, Baptista, Mittler, Coll, Marchesi & Palacios, entre outros. Os principais objetivos da pesquisa foram saber como se estabelece as relações de alteridade entre inclusos e os que incluem e como cada indivíduo poderá se beneficiar com as trocas estabelecidas no convívio diário. A pesquisa caracteriza-se como etnográfica, apoiou-se nas observações livres e na prática docente da pesquisadora e, também, na elaboração de um questionário dirigido às famílias e aos educadores de uma escola de Educação Infantil, da rede pública do município de Sapiranga/RS. A partir dos dados empíricos observou-se que a inclusão se faz em parcerias e que a postura a favor da mesma brota de dentro de cada indivíduo a partir das experiências positivas vivenciadas com pessoas com NEEs.

Palavras chave: Inclusão. Alunos com NEEs. Educação Infantil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE Associação de Pais e amigos dos Excepcionais

CIEE Centro de integração Empresa Escola

JNA Jardim Nível A

JNB Jardim Nível B

M2 maternal 2

M3 maternal 3

NEEs Necessidades Educacionais Especiais

U.E.I Unidade de Educação Infantil

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: relação das turmas de inclusão atendidas por mim. | 11 |
| Quadro 2: relação das turmas entrevistadas. | 18 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 CONTEXTUALIZANDO A SITUAÇÃO. | 11 |
| 2 CONHECENDO A REALIDADE..... | 15 |
| 2.1 Caracterização da instituição: unidade de educação infantil..... | 15 |
| 3 CAMINHOS INVESTIGATIVOS | 17 |
| 4 INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEES, UM TRABALHO DE PARCERIA | 20 |
| 5 O OLHAR DA COMUNIDADE ESCOLAR A RESPEITO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEES NA ESCOLA REGULAR | 28 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 37 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 40 |
| ANEXO A: ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DE ALUNOS QUE NÃO APRESENTAM NEES | 42 |
| ANEXO B: ENTREVISTA COM OS PROFESSORES:..... | 44 |
| ANEXO C: ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DE ALUNOS COM NEES | 46 |
| ANEXO D: LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: | 48 |
| ANEXO E: RESOLUÇÃO CNE/ CEB Nº2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 | 49 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um estudo exploratório- qualitativo de inspiração etnográfica, sobre a visão da comunidade escolar a respeito da inclusão de alunos com NEEs (decorrentes de algum tipo de deficiência, mental, física, auditiva, ou síndromes...), na Educação Infantil na rede regular de ensino.

Será contextualizada uma escola de Educação Infantil da rede pública do município de Sapiranga/RS, na qual se realizaram pesquisas com educadoras e familiares de alunos portadores de NEEs (síndromes, paralisia cerebral, deficiência auditiva e física...) e familiares de alunos que não possuem NEEs. A pesquisa foi realizada em turmas de maternal com alunos de 2 a 3 anos e turmas de jardim nível A e nível B com alunos de 4 a 5 anos. A pesquisa também se baseou nas observações livres e na atuação docente da pesquisadora em classes regulares com alunos com NEEs.

A fundamentação teórica, baseada na importância de se fazer a inclusão, servirá como referencial para justificar a necessidade de pensarmos e refletirmos sobre a mesma, buscando parcerias entre escolas especiais e regulares e, também, tentando um diálogo mais próximo com a comunidade escolar, pais de alunos inclusos e dos que incluem e com os educadores envolvidos neste processo.

A pesquisa buscará saber como estes envolvidos estão aceitando a inclusão nesta escola pesquisada e como se estabelece as relações de alteridade entre esta comunidade.

1 CONTEXTUALIZANDO A SITUAÇÃO.

Sou professora de educação infantil desde 2004 e sempre atuei na mesma escola, sendo que nela sempre existiu tentativas de realizar a inclusão da melhor maneira possível. Antes ocorria de maneira imposta e sem nenhum recurso, mas atualmente de forma mais consciente, com possibilidades de formação continuada aos professores e conscientização da comunidade escolar. A caminhada vem acontecendo há algum tempo e certamente hoje somos melhores do que antes, porém com muito a progredir e a aprender em relação a como fazer dessa escola verdadeiramente inclusiva. Faz-se necessário salientar que iniciativas neste sentido já estão acontecendo.

A partir do ano de 2007, minhas turmas sempre tiveram alunos com NEEs das mais variadas possíveis. No entanto, alunos apresentando laudo médico foram somente três, e é sobre esses que irei relatar. Neste mesmo ano, tive em minha turma uma menina com deficiência física, que apresentava dificuldade de comunicação e limitação motora, provocada por paralisia decorrente de falta de oxigenação após o parto. Ela foi minha aluna no maternal quando tinha 3 anos e no jardim nível A com 4 anos de idade. Juntamente com essa menina no jardim nível A, também foi minha aluna outra criança com NEE, que apresentava hidrocefalia. Já neste ano de 2010, tenho comigo um aluno com síndrome de Down. No decorrer destes anos, aprendi muito com esses alunos, e certamente, afirmo que para eles a inclusão na escola regular é muito positiva, assim como é para os outros alunos da turma.

Seguem as turmas com alunos de inclusão atendidos por mim nesta escola:

| Turma | Capacidade | Número de alunos | Profissionais responsáveis. |
|-----------------------|-------------------|-------------------------|--|
| Maternal 3 (2007) | 35 alunos | 30 | 1 atendente (40 h) 1 estagiária do magistério (30 h) 1 professora (32 h) |
| Jardim nível A (2008) | 25 alunos | 20 | 1 atendente (40 h) 1 professora (32 h) |
| Jardim nível A (2010) | 25 alunos | 20 | 1 estagiário do ensino médio (30 h) 1 professora (32 h) |

Quadro 1: relação das turmas de inclusão atendidas por mim.

Todas as crianças com alguma deficiência se beneficiam em se misturar aos colegas em desenvolvimento típico a sua faixa etária, especialmente os alunos Down. Na escola pesquisada existem dois alunos com síndrome de Down, um menino com 5 anos e uma menina com 3 anos de idade. O principal objetivo para qualquer criança de até 5 anos, que apresenta NEE, entrar na escola na educação infantil é a inclusão social. Como com qualquer criança, é muito mais difícil progredir nas áreas cognitivas até que ela seja capaz de se comportar e interagir com os outros de maneira socialmente aceitável, entender e responder apropriadamente ao ambiente que a cerca. Isso é bem difícil de conseguir, pois muitas vezes os pais não deixam seus filhos agirem de maneira esperada na sociedade, pois superprotegem demais por eles apresentarem limitações prejudicando a sua inserção/integração na escola, porque os outros alunos se afastam da criança quando ela se comporta com agressividade. No entanto, Thompson & Aut, (1996), apud Mendes (2010), consideram que o professor deve proporcionar aos outros alunos meios para que desenvolvam mecanismos de enfrentamento nessas situações e isso os ajudará a aprender a lidar com crianças com NEEs e esses alunos poderão ressignificar suas atitudes e mostrarem-se melhor no convívio social.

Muitas vezes os alunos com NEEs ficam felizes em agir como os colegas e geralmente os usam como modelos para o comportamento social apropriado e motivação para aprender. Essa experiência é extremamente importante, pois geralmente crianças com Síndromes têm um mundo mais confuso com menos maturidade social e emocional e, por isso, há dificuldades de interação pessoal.

Depois de quase um ano na turma do JNA o meu aluno Down está totalmente inserido com os demais colegas, e sua inclusão no jardim nível A está sendo excelente, segundo relatos da mãe e observações minhas. Sua mãe ao responder o questionário anexo C falou assim:

A vida do meu filho mudou muito, principalmente na convivência com as outras crianças, antes ele não aceitava repartir os brinquedos, ele preferia brincar sozinho. Antes ele usava fraude, hoje ele não usa mais, isso para mim é uma grande coisa, um passo realizado, principalmente por ele gostar tanto de ir na escola eu fico muito tranquila por ele ser bem cuidado. Acredito que ele indo em uma escola normal ele só tem a progredir. Nunca me passou pela cabeça colocar em uma escola especial, sem preconceito. Eu como mãe acho que meu filho tem condições de frequentar uma escola normal e farei de tudo para isso acontecer. (MÃE X, 2010)

Esta senhora é mãe de uma criança Down e é totalmente a favor da inclusão, independente do caso, ela assume que todos têm direito de conviverem juntos e é positivo para as crianças especiais e os outros ditos “normais”. Espero que algum dia, o mais próximo

possível, possamos nos referir a elas somente como crianças sem citar estas nomenclaturas classificatórias, que apesar de alguns serem contrários, ainda se faz uso quando pretendemos escrever sobre a inclusão, pois elas são legitimamente legais apesar de estigmatizadoras. Mittler (2003) ressalta que parece que ainda se faz necessário nas escolas à necessidade de uma orientação baseada em linhas categoriais e por isso da dificuldade de substituímos ou criarmos termos menos classificatórios.

Quanto à aluna com paralisia, a estimulação precoce desde os dois anos no maternal 2 e também com o apoio da APAE, no turno oposto a escola regular, ajudou-lhe muito em seu desenvolvimento motor e cognitivo. Ela ainda continua na escola e obteve inúmeros progressos na socialização com as demais crianças. Apesar de estar em idade superior à permitida para a educação infantil (hoje com quase 7 anos), mostra-se muito feliz na U.E.I e integrada a sua turma. Estabeleceu laços e vínculos com os profissionais dessa escola e também com os colegas que acompanham sua caminhada de muita persistência e luta para vencer suas limitações. Eu espero que sua inclusão no ensino fundamental, também seja positiva, deixando-a feliz assim como lhe vejo hoje. Sua mãe relata que a escola regular proporcionou muita coisa positiva a sua filha, pois ela tenta se superar a cada dia. A aluna é uma criança muito esforçada em todos os momentos: durante a brincadeira, enquanto realiza as atividades de aula, para caminhar (começou caminhar este ano), para falar... A mãe considera o trabalho de reabilitação feito na APAE, muito importante, mas quanto à escolarização, acredita que deve ser feita na escola regular com adaptações às condições de sua filha. E essa mãe relata ainda que se desde pequenos os outros forem acostumados com crianças especiais quando forem adolescentes talvez não terão preconceito, pois hoje em dia ela percebe preconceito em adolescentes e adultos e isso a deixa preocupada, pois no próximo ano com certeza a sua filha irá para o ensino fundamental. A preocupação é: como ela irá se sentir neste novo ambiente escolar?

A maior dificuldade encontrada ao trabalhar com a criança que apresentava hidrocefalia foi a precariedade na parceria da família com a escola para ajudar a encontrarmos meios para controlar a falta de limites da criança. Aí, podemos perceber claramente as contribuições dos escritos de Coll, et al. (2004), quando apontam que há dificuldades na família quanto à inserção na escola do filho com NEE, pois ele passa daquele ambiente superprotetor familiar para desenvolver-se com mais autonomia na escola e esta é uma tarefa difícil para algumas crianças por conta da imaturidade decorrente da própria idade e agravada pela deficiência.

Para a criança ser considerada com NEE pode perfeitamente não ter nenhuma deficiência, pode ser por problemas psicológicos, sociais, familiares, enfim, que também necessita de atendimento educacional especial. No entanto, não será esse o foco que pretendo abordar neste trabalho. Sei que a inclusão é um tema que gera muitas polêmicas e com diversas linhas teóricas defensoras, principalmente no que diz respeito ao uso das terminologias mais apropriadas: integração X inclusão, alunos com NEEs e alunos com deficiências... Estou ciente que mesmo ao concluir este trabalho não terei as respostas para sanar todas as minhas dúvidas, pois com cada um que falo ou a cada curso de formação continuada que faço, mais dúvidas eu tenho do que realmente é o certo.

Espero poder enxergar através do olhar da comunidade escolar como estão percebendo a inclusão na educação infantil e se é positivo para ambos, inclusos e os que incluem. Se acaso eu concluir com essa pesquisa, que a maioria nesta escola acredita ser negativo, irei movimentar-me e movimentar a comunidade escolar para podermos chegar à conclusão de que a inclusão se faz necessário e independentemente de ser um direito é questão de humanidade aprender a aceitar e a conviver com pessoas com deficiência.

2 CONHECENDO A REALIDADE

2.1 Caracterização da instituição: unidade de educação infantil.

A escola lócus da pesquisa é uma escola de educação infantil da rede pública do município de Sapiranga/RS, com aproximadamente 450 alunos, sendo que 13 alunos são portadores de Necessidades Educacionais Especiais devido a alguma deficiência (mental, motora, auditiva ou síndromes), todos apresentam laudo médico. Na mesma escola existem outros alunos com NEEs que não apresentam laudo e, por isso, não serão mencionados neste trabalho.

A escola conta com a colaboração de 50 funcionários para atender cerca de 450 alunos, na faixa etária de 2 a 3 anos, atendendo maternais e na faixa etária de 4 a 5 anos atendendo turmas de jardim. As turmas de jardim que não tem alunos de inclusão têm capacidade para atender 25 alunos por professora. As turmas que tem alunos com NEEs podem atender 20 alunos e a professora conta com a ajuda de um auxiliar (estudante de ensino médio ou de magistério). As turmas de maternal atendem 35 alunos quando não há inclusão e 30 alunos se houver inclusão. Nestas turmas trabalham uma professora, um estagiário de 36 h e duas atendedoras de 40 h cada uma.

A escola realiza reunião pedagógica mensalmente elas são conduzidas pela diretora que aborda assuntos administrativos e pela coordenadora que aborda assuntos referentes à área pedagógica. Durante este ano ainda não foi conversado sobre inclusão nas reuniões pedagógicas, no entanto, uma vez por mês os professores que desejarem poderão se encontrar com os profissionais da APAE para trocar experiências sobre os alunos que frequentam a APAE no turno oposto a escola regular. Algumas educadoras estão participando de um curso de formação continuada referente à educação inclusiva com os profissionais da APAE de Sapiranga (fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e psicopedagogos). Esta é uma parceria que contribui para a qualificação do nosso trabalho com estes alunos com NEEs.

A escola já foi muito mais precária em relação ao suporte pedagógico e, também, em questão de materiais diversificados para o trabalho pedagógico, tais como jogos, livros, brinquedos... Especialmente aqueles materiais que poderiam ser mais apropriados aos alunos com NEEs. No entanto, no ano que foi realizado esta pesquisa tudo começou a melhorar em questões de infraestrutura, porém toda equipe ainda tem muito a crescer.

A coordenação pedagógica é muito preocupada em relação à inclusão, no entanto não tem muito conhecimento nesta área em questão de formação e também de prática com a inclusão na educação infantil, estamos em busca juntas. Neste mesmo ano a coordenadora, a diretora e mais duas professoras da escola estão participando de um curso sobre educação inclusiva promovido pela secretaria de educação do município, sendo que uma delas sou eu. Esse curso está sendo muito proveitoso para todas nós.

As dificuldades dos professores são imensas no que diz respeito a como inserir alunos com NEEs (decorrentes de deficiências graves) na sala de aula, pois aos olhos da coordenação é correto deixá-los mais livres e em determinadas situações ou atividades retirá-los de dentro da sala e levá-los para a pracinha, enquanto se faz o trabalho com os demais. Ela fala isso, pois não sabe o que dizer quando os educadores perguntam o que seria mais apropriado fazer com estes alunos, uma vez que a proposta precisa ser diferenciada e resignificada. É urgente que se faça uma reformulação curricular para atender esta demanda. Sabemos que a inclusão não se faz assim, isto é um ato discriminatório, mas se não temos profissionais e meios adequados para nos dar suporte: o que fazer nestes momentos?

3 CAMINHOS INVESTIGATIVOS

O trabalho realizado partiu de uma pesquisa qualitativa, Estudo de Caso, realizado com familiares e professores de turmas de maternal 2 atendendo alunos na faixa etária de 2 a 3 anos, maternal 3 atendendo alunos na faixa etária de 3 a 4 anos, jardim nível A e jardim nível B atendendo alunos na faixa etária de 4 a 5 anos e 11 meses, em uma escola da rede pública do município de Sapiranga/ RS.

A pesquisa caracteriza-se como pesquisa básica, pois não tem a pretensão de dar respostas, mas de ampliar as discussões sobre a inclusão na educação infantil. A mesma busca uma compreensão profunda do contexto analisado, e emprega mais de uma fonte de dados. Pois além das entrevistas semiestruturadas, também há a prática pedagógica e as observações realizadas pela pesquisadora.

Os dados foram coletados a partir de um roteiro de entrevista semiestruturada, que foi aplicado às professoras que atuam em salas com alunos portadores de NEEs, buscando levantar informações relacionadas às dificuldades em relação à inclusão/integração de alunos com NEEs e as possíveis colaborações destes alunos em suas vidas no âmbito profissional e pessoal. Também, foram entrevistadas as famílias destes educandos portadores de NEEs e mais cinco famílias, de outros alunos, por turma destas que se caracterizam turmas de inclusão.

Segue a relação das turmas que distribui as entrevistas:

| Turma | Quantidade de alunos. | Alunos com NEEs. | Profissionais que atendem a turma. | Número de entrevistas distribuídas às famílias. | Números de entrevistas distribuídas aos educadores. | O que aponta o laudo médico da criança com NEE. |
|--------------|------------------------------|-------------------------|---|--|--|--|
| JNB | 20 | 1 | 1 professora e 1 estagiária do ensino médio | 6 | 1 | Déficit de atenção e hiperatividade |
| JNB | 20 | 1 | Professora e estagiária do ensino médio | 6 | 1 | Crises de epilepsia aguda |

Continua

| Turma | Quantidade de alunos. | Alunos com NEEs. | Profissionais que atendem a turma. | Número de entrevistas distribuídas às famílias. | Números de entrevistas distribuídas aos educadores. | O que aponta o laudo médico da criança com NEE. |
|-------|-----------------------|------------------|--|---|---|--|
| JNB | 20 | 1 | Professora e estagiária de pedagogia | 6 | 1 | Deficiência auditiva |
| JNB | 20 | 3 | Professora e estagiária de pedagogia | 8 | 2 | Paralisia cerebral grave, paralisia cerebral leve e dificuldade na fala. |
| JNA | 20 | 1 | Professora e atendente | 6 | 1 | Síndrome de West |
| JNA | 20 | 1 | Professora e estagiário do ensino médio | 6 | 0 | Síndrome de Down |
| JNA | 20 | 2 | Professora e estagiária do magistério | 7 | 1 | Crises de ausência e atraso motor e cognitivo. |
| JNA | 20 | 1 | Professora e estagiária do magistério | 6 | 1 | Autismo |
| JNA | 20 | 1 | Professora e estagiário do ensino médio | 6 | 1 | Crises de ausência |
| M3 | 30 | 1 | Professora, 2 atendentes, 1 estagiária e uma profissional de contrato da prefeitura. | 6 | 1 | Paralisia cerebral moderada. |
| M3 | 30 | 1 | Professora, 2 atendentes, 1 estagiária. | 6 | 1 | Síndrome de West |
| M2 | 30 | 1 | Professora, 3 atendentes, 1 estagiária | 6 | 1 | Síndrome de Down |

Quadro 2: relação das turmas entrevistadas.

Utilizei-me, ainda, das observações livres, que venho fazendo ao longo de minha trajetória nesta escola como professora de classes regulares, que atende alunos com NEEs, e também da minha prática docente.

Esta é uma pesquisa de inspiração etnográfica, isto é, uma metodologia da antropologia, pois se buscou um jeito diferenciado de fazer a pesquisa, além das observações livres, pois estou inserida neste contexto observando falas de educadores e posturas de familiares em relação à inclusão, também a prática do fazer pedagógico para esta demanda e a análise das entrevistas semiestruturadas. Buscou-se saber a opinião de familiares e educadores sobre esta diversidade existente nesta escola.

Para Victora, (2000, p.53): “[...] a abordagem etnográfica se constrói tomando como base a ideia de que os comportamentos humanos só podem ser devidamente compreendidos e explicados se tomarmos como referência o contexto social onde eles atuam”.

Por isso, foi fundamental, para o bom andamento desta pesquisa, que eu estivesse observando este meio, realizando um trabalho de campo intensivo, para entender o posicionamento, tanto dos profissionais quanto dos familiares, em relação à inclusão nesta escola pesquisada.

4 INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEES, UM TRABALHO DE PARCERIA

A escola inclusiva sempre precisou existir, mas somente a partir da Constituição Brasileira de 1988 é que os alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais tiveram garantido seu acesso ao ensino da escola regular. E os seus direitos ganharam ainda mais reforço a partir dos anos 90, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, 9394/96. E desde lá, ano após ano, estamos convivendo com estes educandos em nossas salas de aula. Muitas vezes os educadores não sabem o que fazer com eles, pois os cursos de formação profissional não os preparam para esta atuação. As famílias dos outros educandos questionam e, algumas vezes, mostram-se contrários a esta inclusão, pois pensam que a mesma poderá prejudicar seus filhos ditos “normais”. Aos gestores escolares resta aceitar, pois é lei e não cumpri-la será crime. Mas afinal, como cada um, inclusos e os que incluem, poderão se beneficiar com esta troca?

Mantoan (2006, p.53) afirma que “Incluir é necessário, primordialmente, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras”.

Neste sentido, cabe a escola assumir este papel de acolher e desdobrar-se para tentar saber o que fazer com este educando, pois o fato dele estar ali poderá mudar a cultura das próximas gerações. Pois a geração atual, ainda é preconceituosa e se assusta com o diferente, como se todos fossem iguais.

Mantoan (2006, p.52) também constata que:

Nós, professores, temos de retomar a poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem, efetivamente, acontecer a educação. Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e as suas responsabilidades educacionais.

Aqui podemos observar que o papel do professor no contexto da inclusão é de suma importância, pois através de sua postura e de suas atitudes para com os educandos com NEEs é que o grupo poderá se guiar. O professor deve proporcionar este envolvimento grupal que abrange os outros educadores, coordenadores, demais funcionários da escola e familiares, pois cada membro tem sua importância para a inclusão.

No entanto, somente defender a ideia de inclusão não é suficiente, pois ela não garante uma postura prática inclusiva, mas é um grande passo estarmos discutindo este assunto, pois a inclusão na escola regular é o que pais, educadores e comunidade em geral almejam.

Carvalho (2005) nos revela que o panorama atual em relação à inclusão felizmente mostra-se com grandes avanços, porém com muito a ser melhorado. Atualmente temos mais consciência acerca dos direitos humanos, entretanto ainda há resistência por parte de alguns professores e familiares, pois pensam que está muito difícil dar conta dos outros, então que dirá dar conta de alunos com NEEs, decorrente de alguma deficiência caracterizada de moderada a grave, em classes regulares.

Há ainda, os que acreditam que as trocas na escola regular proporcionam muitos ensinamentos para ambos, inclusos e os que incluem, pois convivendo com a diferença poderão desenvolver sentimentos de solidariedade para com o próximo. Se beneficiar com o exercício da alteridade é o que queremos na U.E.I lócus de pesquisa para este trabalho. Carvalho (2005), também aponta que ao nos colocarmos no lugar do outro, igual a nós, mas ao mesmo tempo diferente, nos faz compreender e valorizar a igualdade na diferença e a diferença na igualdade.

Para dar continuidade ao foco deste estudo que aborda a percepção de inclusão na educação infantil por parte da comunidade escolar e a relação de alteridade observada entre a mesma e as famílias de inclusos e dos que incluem, também, podemos considerar muito importante a Resolução do CNE/CEB n° 2, de 11 de setembro de 2001 que institui Diretrizes para a Educação Especial na Educação básica.

A resolução, no artigo 18° resolve que:

Cabe aos sistemas de ensino estabelecer normas para o funcionamento de suas escolas, a fim de que essas tenham as suficientes condições para elaborar seu projeto pedagógico e possam contar com professores capacitados e especializados, conforme previsto no artigo 59, da LDBN, e com bases nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena.

§1º São considerados professores para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento e competências de valores para:

- I) Perceber as necessidades educacionais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II) Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III) Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV) Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Percebe-se assim, que a educação inclusiva se faz em parcerias e que é fundamental, além da formação do profissional educador, a existência de pelo menos mais um especialista para dar apoio ao trabalho do professor e deixá-lo mais seguro de que suas propostas estão sendo necessárias e importantes para estes alunos especiais, pois a sua formação, apesar de a Resolução apontar o que lhe exigido, ainda assim é insuficiente. Aqui, vale lembrar que neste cenário inclusivo os gestores escolares devem dar suporte para o professor atuar de maneira construtiva ajudando os alunos e familiares, tanto dos portadores de Necessidade Especiais quanto dos que não são, pois os que incluem também precisam desenvolver mecanismos de enfrentamento para aprender a lidar com algumas situações específicas ligadas ao sujeito incluído.

Para dar mais embasamento ao que acredito, faz-se necessário refletir acerca das reflexões de Carvalho, (2005, p.29) que aponta o seguinte:

Pensar na inclusão dos alunos com deficiência(s) nas classes regulares sem oferecer-lhes a ajuda e apoio de educadores que acumularam conhecimentos e experiência específicas, podendo dar suporte ao trabalho dos professores e aos familiares, parece-me o mesmo que fazê-los constar, seja como número de matrícula, seja como mais uma carteira na sala de aula.

Acredito que o primordial para o sucesso da educação inclusiva, e em especial a inclusão de alunos com deficiências, é o trabalho realizado em parceria entre educadores e especialistas. Os alunos com NEE incluídos na escola regular compartilham com toda comunidade escolar sua história de vida, e com isso, aprendemos, crescemos e construímos conhecimentos junto com eles, mas para que esta troca seja válida também para eles é preciso que os educadores conheçam as suas necessidades e aprendam como fazer as devidas intervenções.

De acordo com Morin, (2000 p.30), apud Mudrey (2006, p.18), “[...] o novo brota sem parar. [...] e quando o inesperado se manifesta, é preciso ser capaz de rever nossas teorias e ideias, em vez de deixar o fato novo entrar à força na teoria incapaz de recebê-lo”.

Portanto, é preciso preparar-se enquanto profissional da educação e preparar todo o contexto que receberá este novo. É bom estar sempre atento, pois nunca se sabe quando um desafio tão grande quanto incluir portadores de Necessidades Educacionais Especiais baterá em nossa porta. Porque não basta apenas acolher e aceitar o novo, é preciso capacitar-se para recebê-lo. Carvalho (2005) em seu livro Educação Inclusiva: com os pingos nos “is” nos remete a refletir sobre o enfrentamento do desafio para conhecer a riqueza do trabalho com a diversidade. E para isso, todos (comunidade escolar em geral) deverão se envolver nas discussões acerca da inclusão para saber se posicionar, assumindo um papel de alteridade, colocando-se no lugar do outro, este que está sendo incluso.

É, sobretudo muito importante, poder contar com o apoio de profissionais especializados em educação especial, como é o que ocorre na U.E.I citada nesta pesquisa, pois o trabalho de toda a equipe se fortalece com as trocas que ocorrem nos encontros.

Uma vez por mês os professores, atendentes e equipe diretiva se encontram com os profissionais da APAE de Sapiranga, a fim de trocar experiências se desprovido das verdades absolutas, expondo dúvidas, opiniões e fragilidades, buscando através desta troca um fortalecimento humano.

Esta troca entre profissionais se faz necessária à medida que ambos no decorrer de sua carreira adquiriram experiências específicas. Os profissionais das escolas especiais culturalmente foram adquirindo conhecimentos acerca das patologias e não sobre a pedagogia e a importância da escola inclusiva, já os outros, têm um olhar diferenciado, mais direcionado aos conhecimentos didáticos, mas que necessita dos conhecimentos dos profissionais especializados. Na medida em que estes conhecimentos se confrontam, a equipe só tem a ganhar e, estes ganhos, vão ao encontro dos alunos com NEE, pois juntos podem elaborar as melhores estratégias para cada caso de inclusão.

Segundo Páez, (2003, p.16): “o limite está no desejo de cada um e nos apoios que lhes sejam ofertados, sobretudo quando estes são escassos e inadequados”. Neste sentido, podemos entender mais uma vez, a parceria entre ambas as escolas especiais e regulares, como um caminho para o afastamento da segregação imposta pela escola especial para a integração/ inclusão na escola regular. Sempre lembrando que, não se pode desvalorizar a caminhada traçada pela escola especial, mas encará-la com um novo olhar, que aposta em

uma educação especial para alunos com NEEs sem que ela seja em uma escola especial, isto é, as necessidades destas crianças podem e devem ser atendidas nas escolas regulares.

Além disso, é importante destacar como se faz para receber alunos com NEE em classes regulares, especialmente os alunos com deficiências consideradas de moderadas a grave, estes referidos na pesquisa em questão, pois esta é a realidade encontrada na escola relatada. Alunos com deficiências graves: como encarar esse desafio?

Para Thompson, Wickham, Wegner & Ault (1996), apud Mendes, (2010, p. 13), baseados em pesquisas nos EUA, em relação à inclusão na primeira infância, é pertinente as seguintes recomendações para os educadores:

- a) a preparação da classe para a chegada de um colega com deficiência severa, no caso das crianças pequenas, não precisa ser extensa e as informações devem surgir naturalmente;
- b) as crianças sem deficiências seguem o modelo do adulto para se comunicar com as crianças com deficiência, daí a importância de oferecer um modelo positivo;
- c) alguns companheiros da mesma idade podem aprender a usar estratégias de suporte como ajuda física e suporte facilitador;
- d) as crianças respondem com medo à criança que é agressiva e àquelas que apresentam comportamentos de isolamento, mas elas aceitam explicações na natureza comunicativa e podem aprender estratégias de enfrentamento;
- f) no caso da criança requerer acomodações, é conveniente explicar e demonstrar o equipamento e/ou dispositivo aos colegas e oferecer oportunidades para que eles os experimentem, sem desrespeitar a criança com deficiência.

E ainda, seus estudos apontam que as reações das crianças pequenas em relação a outras crianças com NEEs é diferente da reação dos adultos, o que se denomina muito positivo, pois desde pequenos já se beneficiam com a relação de alteridade (colocando-se no lugar do outro). Desta forma, na primeira infância, aprendem a quebrar o preconceito ou até mesmo formarem-se indivíduos sociais desprovidos de qualquer tipo de preconceito. É o que queremos para as gerações futuras, uma sociedade que reconheça que somos diferentes, mas que aceita e tolera estas diferenças, e que acima de tudo, entenda que é possível vivermos juntos uns respeitando os outros.

Neste sentido, é importante desde muito cedo, já na educação infantil, a criança ser incentivada a compreender e a tolerar, pois é na primeira infância que valores tais como respeito ao outro, independente das diversidades, se consolidam como bases a serem fortalecidas no futuro. Aqui no Brasil temos poucos referenciais literários sobre a inclusão na educação infantil e isso nos faz muita falta. Considero que seja urgente falar desse tema, pois a educação infantil é a base para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor e se estas

crianças forem estimuladas desde esta etapa da educação, poderão ter mais possibilidades de sucesso em sua vida estudantil.

Baptista (org.), (2006, p.74) ao refletir sobre a inclusão me faz pensar da mesma forma que ele:

[...] penso que devemos discordar da definição de inclusão que provoca a desconsideração das diferenças entre as crianças, obrigando-as por meio de um currículo inflexível ou hegemônico a comportarem-se e aprenderem conforme a maioria o faz.

Considero muito importante que a escola busque, através de suas práticas inclusivas, atender a demanda existente em sala de aula, utilizando-se de uma pedagogia inovadora e atual, que entenda que o aluno com NEE requer uma proposta específica para que possa ser significativa sua aprendizagem. Não é possível fazer a inclusão desconsiderando as diferenças. Portanto, é impossível uma criança com deficiência comportar-se e aprender conforme a maioria. É inevitável que se faça uma reformulação dos modos do fazer pedagógico nas escolas e se criem currículos flexíveis que possam ressignificar às atitudes destes alunos, para que consigam aprender e a conviver em grupo, sempre respeitando suas limitações.

Baptista (org.), (2006, p.76), também aponta que:

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isso sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejáveis estigmas. Ao contrário, pondo em andamento, na comunidade escolar, uma conscientização crescente dos direitos de cada um.

Ao conversar com a comunidade escolar, muitos apontaram o lado positivo quando se quer fazer à inclusão na escola regular desde a primeira infância, pois as crianças pequenas poderão se tornar adultos melhores do que seus pais, familiares ou até mesmo do que alguns de seus professores, pois desde bem pequenos aprenderão na prática a conviver com a diversidade e a aceitar a diferença.

No entanto, é fato comprovado, através das observações feitas por mim como educadora e como colega de profissão, que muitos familiares e até mesmo educadores ainda não estão a favor da inclusão, pelo menos do jeito que ela está sendo feita, há preconceito por parte de alguns, mas há também falta de preparação dos profissionais (meios para a formação

continuada), resistências às parcerias, falta de acessibilidade, políticas verdadeiramente inclusivas na prática e não somente no discurso...

É importante destacar que a inclusão é um caminho que estamos traçando a curtos passos, mas continuamente. E que, pela caminhada traçada, já sabemos que temos que respeitar o limite de cada um e procurar entender como cada criança aprende, pois o ser humano é único. Dependendo do caso de inclusão é necessária uma reformulação na forma de aplicar a proposta para determinadas situações. Porque existem algumas especificidades comuns apenas aos alunos portadores de deficiência e por isso requerem uma proposta de educação especial.

Não é fácil convivermos com a diferença, mas também não é impossível. O enfrentamento e o posicionamento a favor da inclusão só poderão acontecer, quando cada indivíduo se propuser a aceitar, a tolerar e a compreender as diferenças. Esta diferença imposta na face e nas atitudes da criança com comprometimentos graves decorrentes de alguma deficiência é a mais difícil de aceitar e de compreender, pois não fomos acostumados a conviver com pessoas assim e a pergunta inevitável é: o quê fazer e como fazer para que esta criança, ainda tão pequena e com tantas limitações (provocadas por síndromes, transtornos globais do desenvolvimento, deficiência auditiva, visual, mental...), possa conviver com seus colegas, ser aceita e ser amada tornando-se feliz do jeito que é. Faz pouco tempo que crianças com NEEs (por apresentarem graves comprometimentos decorrentes de alguma deficiência) estão aparecendo na sociedade e conseqüentemente nas escolas e, isso, é muito bom e está cada vez mais comum. Atualmente elas não ficam mais isoladas em suas casas, trancafiadas como se não fossem merecedoras de exercer seus direitos, os mesmos que as outras crianças exercem.

No entanto, esta inclusão torna-se difícil, pois os educadores têm uma formação baseada em um referencial de normalidade e muitas vezes se assustam quando se deparam com a realidade em sala de aula, onde encontram alunos com limitações e necessidades próprias.

Macedo (2005, p.17) retrata a realidade dos alunos especiais de maneira a refletirmos o quanto, todos nós na sociedade em geral, ainda precisamos aprender sobre os alunos com NEEs:

A maneira como cuidar, integrar, reconhecer, relacionar-se com crianças e pessoas de um modo geral com necessidades especiais e que, por isso, diferenciam-se ou utilizam recursos diferentes dos normalmente conhecidos ou utilizados sempre foi um problema social e institucional. Esta tarefa estava, antes, restrita à família ou a alguma pessoas que, por alguma razão, assumisse este papel, bem como instituições

públicas (hospitais, asilos, escolas especiais) especialmente dedicadas ao problema. Agora, espera-se que as escolas fundamentais incluam crianças que apresentam limitações.

Ainda não temos muito conhecimento acerca das possibilidades de escolarização dessas crianças, pois o que tínhamos até pouco tempo estava atrelado às escolas especiais e por sua vez muito relacionado aos diagnósticos clínicos e não pareceres pedagógicos. Ainda nos é desconhecido, na escola regular, até onde esses alunos podem chegar quando devidamente estimulados com recursos apropriados.

Neste sentido, podemos perceber o grande papel da escola regular, que precisa incluir essas crianças no mais amplo dos sentidos e não somente aceitá-las na instituição. Torna-se um trabalho coletivo, focado nas necessidades e limitações de cada aluno e é, acima de tudo, um trabalho de parceria com a família e com os profissionais especialistas, que agem diretamente com a escola ajudando a mesma a conhecer mais sobre este ser único e especial. A escola precisa construir juntamente com a comunidade um conceito de inclusão sem preconceitos e demarcações levando em consideração que todos podemos aprender dentro e fora da escola.

5 O OLHAR DA COMUNIDADE ESCOLAR A RESPEITO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEES NA ESCOLA REGULAR

Das 55 entrevistas que enviei as outras famílias de alunos que não são caracterizados de inclusão, somente 39 voltaram e dentre estas, algumas respostas foram semelhantes apontando que seria interessante a inclusão na escola regular para que os filhos aprendessem a conviver com as diferenças e não se criassem com preconceito.

Uma das mães que responderam ao questionário anexo A é educadora, porém não desta escola, e apontou o seguinte:

Os alunos sem deficiência, convivendo com colegas que apresentam deficiências, poderão ser beneficiados à medida que a convivência poderá desenvolver no aluno “normal” a capacidade de aceitar as diferenças, tornando-se sujeitos livres de preconceito. (mãe z, 2010).

Essa mãe aponta a necessidade de criar entre as crianças um elo de carinho desenvolvendo uma educação humanística. No entanto, a mesma levanta a hipótese, temida por muitos pais e educadores: será que as escolas regulares estão adaptadas para certas deficiências, com materiais, equipamentos e professores especializados? Sabemos que, para o sucesso da criança incluída, deve-se observar o todo. Creio que a escola de pesquisa está se preparando e se equipando com materiais e preparando seus educadores para o mais breve possível caracterizar-se como verdadeiramente inclusiva.

No entanto, alguns pais são contrários a inclusão na escola regular e disseram que se tivessem um filho com alguma deficiência não o colocariam na escola regular, pois dependendo do grau da deficiência a escola certamente não estaria preparada para atender, porque os professores não estudaram para isto. Aí se percebe a falta de diálogo entre escola e comunidade, para informá-los sobre as possibilidades de fazer a inclusão da forma mais correta, pois ela já está acontecendo nesta escola e muitos ainda nem sabem como ela ocorre.

Uma mãe disse que a criança com deficiência atrapalharia os outros em seu aprendizado e que se ela tivesse um filho especial de forma alguma o colocaria na escola regular, pois ele iria atrapalhar os outros “normais” e, ela acha, que não é bom que na U.E.I pesquisada tenha crianças com deficiências, pois elas têm outros hábitos muito diferentes dos alunos “normais”. Novamente cabe a escola esclarecer aos pais que todos somos diferentes e que o ideal seria respeitar cada um em suas diferenças, pois o apenas dizer que todos somos iguais independente das diferenças não alcança o entendimento de alguns pais.

Outras mães colocariam seu filho (caso fosse especial) em uma escola especial para livrá-lo do preconceito, pois dessa forma elas estariam poupando o filho, mas se houvesse uma conscientização geral da população uma delas tentaria a escola regular.

Mãe Y respondeu a pergunta 3 do questionário anexo A, dessa forma:

Provavelmente colocaria em uma escola especial, pois muitas vezes as crianças especiais são vistas com outros olhos, por algumas crianças nas escolas regulares, pois não tiveram muitas vezes o ensino adequado de que todas as pessoas são iguais mesmo sendo especiais.

E outros colocariam seu filho se fosse especial em escola especial, pois ele teria mais recursos para se desenvolver e brinquedos especializados para brincar.

Chamou-me atenção a resposta de uma mãe que é educadora da escola (estagiária do CIEE, estudante de pedagogia): ela respondeu exatamente assim: “se meu filho fosse portador de NEE colocaria em uma escola especial que teria profissionais adequados para atender a necessidade dele” “... creio que alguns alunos precisam de pessoas treinadas para melhor atendê-los”. Neste sentido preocupa-me a posição desta educadora que entende a educação como um treino e não como uma construção de conhecimento. Não acredito que estas crianças precisam ser treinadas, mas sim tratadas com respeito e carinho, pois têm direitos como todas as outras. Sei que a escola regular ainda está longe da inclusão mais apropriada, mas esta escola de pesquisa tem uma caminhada relativamente positiva em relação ao tratamento destas crianças inclusas, e esta funcionária parece desconhecer o que é feito na U.E.I de pesquisa.

Outra mãe que também trabalha como atendente da U.E.I disse que não iria responder a estas perguntas e que considerava um absurdo sua filha estar aprendendo língua de sinais para se comunicar com o coleguinha (deficiente auditivo), pois ela poderia desaprender a falar e começar a usar somente gestos para tudo. Os profissionais atendentes (itinerantes), também precisam de qualificação profissional. Na turma desta profissional

existe uma criança com paralisia cerebral: como será o relacionamento desta funcionária com esta aluna? Este é mais um caso preocupante, que mostra claramente o preconceito familiar e profissional a respeito da inclusão.

De maneira resumida: 12 famílias colocariam seus filhos em escola especial com medo do preconceito que existiria na escola regular, por não sentirem segurança no trabalho dos professores e porque julgam que eles não são especialistas em educação especial e também acham que alunos com NEEs atrapalham os outros alunos em seu aprendizado. Os outros 27 entrevistados, colocariam o filho, se acaso fosse especial, em escola regular por inúmeras razões que destacarei a seguir.

Ainda há aqueles pais que colocariam o filho na escola regular para que seu filho fosse tratado igual aos outros, pois acreditam que mesmo sendo especial também poderia aprender de seu jeito.

Alguns pais disseram que colocariam os filhos na escola regular, porque o governo precisaria dar estrutura para as escolas receberem todos os tipos de crianças. Um pai apontou que não há nenhuma vantagem para seu filho “normal” estudar com alunos com deficiência (preconceito claro), mas disse que se tivesse um filho com deficiência o colocaria na escola regular, porque a escola teria obrigação de recebê-lo.

Alguns pais disseram que ensinam seus filhos a ficarem do lado ajudando as crianças com dificuldades e que demoram mais para aprender, pois elas precisam da ajuda de todos (relação de alteridade) se colocando no lugar dos que precisam de ajuda e oferecendo esta ajuda.

Uma das mães disse que não ensina sua filha a falar que a criança é deficiente, e sim, que é especial e que ela acredita que o aprendizado na escola regular poderá ser melhor do que na escola especial e também disse que a criança especial tem mais a ensinar do que a aprender.

Relataram que o convívio das crianças especiais com as outras “normais” faz a criança especial ser quase “normal”, tornando suas vidas menos dolorosas. A maioria dos pais apontaram que somente a prática ensina e que se queremos que as crianças aprendam a respeitar as limitações dos outros, o ideal é desde pequeno conviver com crianças especiais.

Julgo importante a opinião de uma mãe quando responde a questão 1 do questionário anexo A, ao fazer seu relato sobre as vantagens da criança sem deficiência estudar ao lado de um colega com NEEs. Ela relata desta forma:

Ele terá a oportunidade de vivenciar um conflito, de confrontar valores, praticar a cooperação e solidariedade. Vai crescer sabendo que existem pessoas de todo o tipo no mundo e que estas pessoas têm necessidades, condições e habilidades diferentes das suas. Irá aprender a lidar com a diferença e naturalizá-la em seu convívio diário. Assim talvez, no futuro, não estranhe tanto a presença de uma pessoa com deficiência ao seu lado.

Neste sentido, mais uma vez faço-me valer das reflexões de Carvalho, 2005, que aponta que os ditos “normais” e os com NEEs se beneficiam com o exercício da alteridade, se colocando no lugar do outro, porém os ditos “normais” têm maiores ganhos neste convívio. O mais importante neste convívio, além garantir direitos é a construção de vínculos que nos levam a ver o outro em nos mesmos e vice-versa.

Podemos dizer com segurança que a educação das crianças com deficiências, das mais variadas possíveis, desde antigamente e até mesmo em alguns cenários da atualidade, ficou muito atrelada aos cuidados dos especialistas, dessa forma deixando a família em segundo plano. No entanto, nesta escola pesquisada se busca a parceria da família para ajudar a integrar e incluir a criança com NEE, pois a caminhada realizada pela mesma ainda é pequena e muita dúvida ocorre no caminho, mas certamente com a ajuda dos familiares o trabalho torna-se menos difícil.

Uma das grandes vantagens de se fazer uma pesquisa de inspiração etnográfica é que nem tudo o que se escreve na entrevista é o que os pais queriam expressar e muitas vezes o que o pesquisador observa é mais significativo do que as próprias respostas dos familiares nos questionários.

Foram distribuídos 15 questionários às famílias de alunos com NEEs e voltaram 8 questionários. Acredito que muitos pais não se sentem a vontade de falar sobre as necessidades de seus filhos e sobre as expectativas quanto à escola, pois os filhos ainda são muito pequenos e as questões de escolarização virão mais tarde. Por enquanto, a preocupação de todos os pais pesquisados se relaciona ao cuidado do filho e se os outros serão capazes de cuidá-los tão bem quanto eles o fazem. Mas como na educação infantil o cuidado não está dissociado do pedagógico, creio que a preocupação destes pais é muito pertinente e nos faz refletir, enquanto educadores, sobre o nosso papel na vida destas crianças.

Uma das mães respondeu a questão 2 do questionário anexo C da seguinte maneira:

Eu aprendi que outras pessoas também são capazes de cuidar da florzinha tão bem quanto eu, e com isso eu tenho mais tempo pra mim e para meu outro filho. Ela também aprendeu a confiar em ficar com pessoas diferentes as que ela estava acostumada.

Outra mãe apontou o seguinte quanto à mesma questão:

São inúmeras as mudanças nas nossas vidas, tanto na minha quanto na de coraçãozinho. Eu me sinto bem segura e bem tranquila porque sei que ele está bem cuidado. Ele aprendeu a interagir melhor com as outras crianças, até mesmo comer muitas coisas que antes não gostava... Ele está muito feliz e nós também, só temos a agradecer por tudo.

Desta maneira podemos perceber que as mesmas angustias dos outros pais que não tem filhos com NEEs, quando os levam pela primeira vez à escola, é a destes outros pais, pois sua preocupação é se os filhos estão bem cuidados e felizes. Creio que nesta escola pesquisada este objetivo está sendo alcançado.

As razões pelas quais os pais optaram em colocar seus filhos com NEEs nesta escola são porque tiveram boas referências da mesma, através de outros pais ou porque seus outros filhos já haviam frequentado esta U.E.I. Também por receberam indicações dos profissionais especialistas que atendem seus filhos na APAE (fisioterapeutas e fonoaudiólogos). E ainda, por esta escola ser próxima as suas casas e porque foi a única em que encontraram vaga.

Podemos identificar nestas razões, que a escola especial acredita na parceria com a escola regular e se indicaram esta escola de pesquisa, é porque também acreditam no trabalho de qualidade, em relação à inclusão/integração, realizado pela mesma.

Todos os alunos se beneficiam em conviver com as diferenças dos alunos com NEEs, pois segundo os pais, as crianças se acostumam com a realidade da vida, pois as crianças, mesmo sendo especiais, sentem o que todas sentem. E se tiverem carinho, amor e atenção não precisam de mais nada para serem felizes.

Faz-se necessário salientar que uma das mães que respondeu ao questionário, desconsidera a caracterização de aluna especial com NEE decorrente de deficiência, de sua filha. Mas isso é perfeitamente aceitável, uma vez que segundo Coll, 2004, et al., não se torna fácil ser pai quando o filho tem uma dificuldade séria, pois um filho é sempre fonte de medo e de ilusões.

Para muitos pais não é fácil viver o luto do filho almejado para aceitar o filho com alguma limitação. Essa criança não possui um problema caracterizado severo ou grave, seu problema é bem leve e a mãe sentiu-se ofendida com esta pesquisa, devido ao termo (crianças com deficiências) utilizado pela pesquisadora. As crianças com NEEs que me refiro nesta pesquisa, são caracterizadas alunos de inclusão por apresentarem laudo médico apontando serem portadoras de algum tipo de deficiência. Mais uma vez eu me deparei com as

dificuldades de falar sobre a inclusão, pois é um tema que gera muitas polêmicas e ainda estamos longe de encontrarmos um meio termo aceitável por todos quando queremos fazer a inclusão e escrever sobre a mesma, pois uma vez que se tenta fazê-la estamos declarando que existe a exclusão.

A mãe respondeu a questão 5 do questionário C anexo com o seguinte desabafo:

Primeiramente devemos considerar que uma criança com NEEs deva ser integrada aquelas consideradas normais, pois dessa forma, podemos almejar adultos sem preconceito. Estaremos assim incentivando os alunos especiais a superarem ou adaptarem-se as suas dificuldades. O termo deficiente 'é politicamente incorreto, pejorativo e preconceituoso. Achamos desnecessário buscarmos uma escola especial à nossa abelhinha ela tem epilepsia e crises de ausência, assim, ela pode perfeitamente ser tratada como outras crianças, só que precisa de uma atenção especial, para detectarmos as crises.

Sabemos das polêmicas em torno da aprovação do estatuto da pessoa com deficiência que tem o objetivo de garantir e assegurar alguns cumprimentos de leis destinadas aos deficientes. E já que as leis existem e constam estes termos em lei, não é errado nos referirmos às crianças portadoras de deficiências, pois legalmente temos amparo. No entanto, percebi que para alguns pais isso os incomoda, pois não acreditam que seus filhos necessitam de atendimento diferenciado por serem crianças com NEEs decorrentes de alguma deficiência, mas se não os reconhecermos desta forma como poderemos trabalhar para um atendimento de qualidade que certamente precisará ser diferenciado e ressignificado. Não podemos fazer de conta que a inclusão está sendo feita se não sabemos o que fazer com o aluno, pois é impossível querer que uma criança com algum déficit consiga progredir nas áreas cognitivas, afetivas e motoras assim como se espera da maioria.

Segundo o pensamento de Vygotsky apud Rabelo (1999) A criança com NEE em sua essência é a mesma, precisa do outro para se socializar e crescer como pessoa e ser humano. Construir seu conhecimento através de sua interação com os demais fará do aluno com NEE um ser capaz como os outros, não da mesma forma, mas com suas limitações, seus desejos, suas frustrações, seus sonhos e sua vontade de ser respeitado como gente que pensa, sofre, ama, sorri, se decepciona e que busca o que todo ser humano deseja, ou seja, ser feliz e aceito por todos.

Também distribuí 12 questionários aos educadores de turmas de inclusão da escola pesquisada, mas voltaram oito questionários. Os quatro professores que não devolveram, não deram motivos para não respondê-lo, simplesmente esqueceram-se de trazer. Pareceu-me estarem desinteressados neste assunto, apesar de em suas turmas estar ocorrendo à inclusão.

Dentre estes que responderam, o apontamento de que o professor não está preparado para receber alunos com deficiências foi unânime. Segundo eles as dificuldades emergem no cotidiano de cada profissional em relação ao trabalho com a turma. O professor tem que viver em constante busca, pois receitas prontas para a inclusão ninguém tem. E os conflitos são muitos, porque muitas vezes torna-se frustrante para o profissional, não saber o que fazer com e para este aluno que dizem está incluso. Os educadores apontam que, em alguns casos, esta inclusão torna-se uma exclusão, pois não estão seguros para a realização do trabalho com estes alunos.

Os professores responderam que a inclusão por força de lei muitas vezes torna-se desastrosa, pela falta de preparo do profissional e falta de estrutura escolar. Podemos perceber que questões técnicas e metodológicas são mais uma das preocupações quando se pretende fazer a inclusão, mas, além disso, é preciso o envolvimento de todos os setores da sociedade e, acima de tudo, a necessidade de políticas públicas verdadeiramente inclusivas.

Ao responder a questão 2 do questionário anexo B, falando sobre a preparação do professor para a inclusão, a educadora Mística (2010) respondeu desta forma:

Por certo todos deveriam, mas nem sempre estamos, pois por mais conhecimentos teóricos e práticos, cada nova inclusão é um novo desafio. Todas são diferentes cada uma com suas particularidades e desafios a serem trabalhados e superados. Imagino que por mais experiência que um professor possa ter sempre haverá um “frio na barriga” diante do novo.

Com esta fala da educadora, nos remetemos ao referencial teórico deste trabalho, onde ao dialogar com autores constatamos que um dos desafios da inclusão é justamente enfrentar este medo do novo e buscar conhecer a riqueza do trabalho com a diversidade. Esta educadora diz que por mais conhecimentos práticos e teóricos que tivermos nem sempre eles nos servirão, pois cada caso é único. Ainda, Morin (2000), nos diz que não podemos deixar o fato novo entrar na teoria velha, mas temos que buscar novos conhecimentos e nos capacitar para receber este novo, portanto a formação continuada do professor é fundamental, para quando se deparar com o novo poder inovar com práticas atuais.

A educadora Flor (2010) também aponta o medo do novo um impedimento, para o professor sentir-se preparado para receber alunos com NEEs. Ela refletiu desta forma:

Creio que às vezes, nos falta um pouco de teoria, mas afinal, todos os alunos devem ser incluídos de alguma maneira e até nós mesmos como professores. Quando me deparei com NEEs mais graves, senti um pouco de medo no início, tudo que é novo assusta no primeiro momento, mas depois de algum tempo buscando informações

com as famílias e diferentes meios, consegui me tranquilizar. Afinal, não existe receita pronta, temos que ter vontade e amor, podia ser o nosso filho(a).

Esta educadora considera que aprendeu muito com o relacionamento de alteridade com os pais de alunos com NEEs. Ela constata que cada criança especial “tem um tesouro dentro de si” e que antes de conhecer e trabalhar com alunos que apresentam NEEs, algumas coisas passavam despercebidas por ela e, hoje, o aprendizado é muito grande, pois aprendeu a valorizar a vida em sua plenitude, portanto, o crescimento como ser humano é mais do que o como profissional da educação.

Já a educadora Girassol (2010), diz que as relações de alteridade são percebidas através da fala de alguns pais, pois na prática não conseguimos percebê-las, porém o que ela observa em sua turma são sentimentos de pena, os pais (e isso se reflete nas crianças) referem-se a sua aluna com NEEs como bebê ou como coitadinha. Ela não está certa de que isso é um preconceito, no entanto, acredita que o preconceito claro se dá quando a criança com NEEs é agressiva, aí a aceitação dos alunos e dos familiares não é positiva.

Outra educadora da U.E.I ao falar sobre preconceito em relação a inclusão relata o seguinte.

Infelizmente percebo preconceito, sim! E isso muito me entristece, mas não desisto do trabalho com estas famílias, para que um dia entendam da importância desse novo paradigma e que realmente a “escola para todos”, contribua para a transformação social, igualdade e oportunidade de uma melhor qualidade de vida aconteça. Com certeza o mundo terá humanidade de verdade. Comprometida, (2010).

Ao observar estes professores no convívio diário, percebo em suas falas uma preocupação constante com a maneira de se fazer a inclusão. Preocupam-se não com esta escola, porque ainda não é necessário a escolarização em si, e sim, a integração e socialização destes pequenos, por ser uma escola de educação infantil, mas se questionam como será depois no ensino fundamental. O que sabemos é que não há suporte de professores auxiliares para ajudar com estes alunos no ensino fundamental e, por isso, muitas vezes, com o apoio da família e de mais um profissional especialista, optamos por deixar algumas crianças com deficiências graves na U.E.I, mesmo estando em idade de ensino fundamental. Esta U.E.I tem uma boa estrutura(acessibilidade) para receber alunos com algumas deficiências e o corpo docente está em constante busca para aprimorar o trabalho com estes alunos.

Os educadores pesquisados relatam que a escola do futuro é a que oferece a inclusão, e quem não se preparar para diversidade e não inovar sua prática pedagógica, não fará parte desta nova magia. As dúvidas sempre existirão, mas cabe a cada um entender que cada caso é único e buscar sua qualificação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos nós precisamos enfrentar o desafio da inclusão e nos encorajar buscando sempre conhecer para depois aprender o que fazer. Apesar de todos os discursos teóricos, acredito que nada melhor do que a prática para aprendermos o que fazer de fato quando nos deparamos com a inclusão.

Entendo que é muito difícil para os pais viverem o luto de um filho almejado para partirem para a luta de aceitar, amar e inserir na sociedade seu filho com limitações, por isso eles precisam de todo o apoio dos outros estranhos, tais como os outros pais, professores, coordenadores, diretores e profissionais especializados (fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos...). Pensando assim, certamente o convívio com a diversidade favorece as relações de alteridade, principalmente referindo-se aos que incluem, pois apesar do medo de alguns em relação à inclusão, é muito difícil não fazerem este movimento de se colocarem no lugar deste outro, seja os familiares ou o aluno incluído.

Para Coll, 2004 et al., os profissionais que trabalham com crianças com NEEs, sejam eles de qual área for, inclusive os da área da educação, devem encontrar sua distância perfeita para o não envolvimento profissional excessivo, e por outro lado, o não distanciamento frio no que se refere às relações com as famílias. Neste sentido, o ideal seria encontrar o meio termo para poder ajudar e também preservar seu equilíbrio emocional.

Considero importantíssima a atuação dos profissionais da educação infantil no relacionamento com as famílias ao trabalharem com a inclusão, pois conforme Coll, 2004 et al., a escolarização nos primeiros anos costuma significar um passo importante no reconhecimento da condição de deficiência da criança. Na educação infantil, muitas famílias precisam vencer o medo de deixar seus filhos aos cuidados de estranhos, pois ainda são tão pequenos. E outra preocupação seria deixá-los sair do meio superprotetor familiar, para entrarem no meio social considerado mais amplo, que é a escola priorizando o desenvolvimento da autonomia.

O enfrentamento e o posicionamento a favor da inclusão vêm de dentro de cada indivíduo, mas na escola podemos plantar “pequenas sementinhas” para ajudar a comunidade a aceitar e a enfrentar o medo da inclusão e, desta forma, livrar-se do preconceito. Sendo assim, poderão entender que todos só podem ganhar e jamais perder ao conviver com uma criança especial.

Por outro lado, a educação inclusiva não se faz de maneira obrigatória, como vem acontecendo através de algumas propostas escolares. O convencimento deve acontecer gradualmente por parte de toda a comunidade escolar. E por isso é importante abriremos a escola a fim de possibilitar discussões acerca da inclusão para ouvirmos toda a comunidade se posicionar e ajudá-los a aceitar este novo (cada vez mais presente no meio educacional). Todos nós devemos entender que as crianças com NEEs têm o direito de conviver com as outras crianças e as outras também tem direito em conviver com elas, pois todos se beneficiam neste convívio. Mittler (2003, p.27) defende que “Ainda que haja muitas ações que as escolas possam fazer para trabalhar pela inclusão, há limites para o que cada escola pode atingir sozinha. Deve haver uma mudança sistemática e uma política nacional”.

Ou seja, apesar de cada escola fazer sua parte mudando paradigmas, e trabalhando pela inclusão com sua comunidade escolar, faz-se necessária a ajuda de políticas verdadeiramente inclusivas. A escola de pesquisa no próximo ano terá uma sala de apoio (multifuncional) para ajudar crianças com NEEs, basta saber se não será um espaço de segregação.

Constatei com este trabalho que, ainda está muito incipiente à nossa caminhada, nesta escola, como comunidade que busca fazer a inclusão. Este assunto é passível de ser estudado mais a fundo e analisado por todos que fazem parte deste processo (pais, funcionários, educadores e gestores). Nesse caso, poderia fazer parte do rol de questões: que estratégias e quais recursos poderiam ser utilizados com o objetivo de privilegiar a participação e o crescimento de todos os integrantes deste grupo de alunos, professores e pais, sejam os que estão inclusos ou os que incluem? Esta pesquisa só veio a reforçar que está muito longe de encontrarmos respostas para inclusão em nossa sociedade, no entanto estamos tentando, sendo que muitas vezes erramos com intuito de acertar, mas creio que o processo é exatamente este, pois “o caminho se faz ao andar”. Isso pode ser ilustrado através da afirmação de Mittler (2003): " Não há nenhuma estrada de realeza para a inclusão, porém há um consenso de que ela é um processo de uma jornada, e não um destino [...]"

Acredito na educação inclusiva para todos, mas nem por isso devemos acabar com as escolas especiais. Entendo que o mais importante é o trabalho de parceria realizado entre as escolas, especiais e regulares, pois ainda precisamos caminhar muito na escola regular para que de fato aconteça à inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Claudio Roberto (org). **Inclusão e Escolarização**. Múltiplas Perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96**. Apresentação Carlos Roberto Jamil Cury-8. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler, **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Cláudia Regina Pinto Michelli e Julianne Fischer **Infância na creche**. Um olhar inclusivo. Disponível em <<http://www.bancodeescola.com/index.htmvo>> Acesso em: 09 nov. 2010

COLL, César, MARCHESI, Álvaro, PALACIOS, Jesús & colaboradores. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. vol.3. Porto Alegre: Artmed, 2004

MACEDO, Lino. **Ensaio pedagógicos: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006

MENDES, Enicéia Gonçalves. – UFSCar. **Inclusão: é possível começar pelas creches?** <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT15-1921--Int.pdf>> Acesso em 11 nov.2010.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. São Paulo: Artmed. 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MUDREY, Daniele. Racionalidades e valores: um estudo em duas unidades da rede Uni-yôga. 2006. Disponível em: <https://www6.univali.br/tede/tde_arquivos/7/TDE-2006-12-13T144949Z-150/Publico/Daniele%20Mudrey.pdf> Acesso em 11 Nov 10.

PÁEZ, Stella Caniza de. **A diversidade como valor: Uma estratégia para a integração escolar**. Projeto Revista de educação: inclusão Porto alegre: projeto, V.5,n.7,2003

PRADO Ana Maria C. C. do; MAROSTEGA Vera Lucia. **A Inclusão do Portador de Necessidades Especiais em Âmbito Social e Escolar.** Disponível em: <<http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/ainclusaodoportador.htm>> Acesso em 11 nov. 10.

PROJETO REVISTA DE EDUCAÇÃO. **Inclusão.** Porto Alegre, ano V, nº 7, outubro, 2003.

RABELO, Annete Scotti. Adaptação Curricular na Inclusão. Revista Integração. Secretaria de Educação Especial do MEC-ano 9, n1 21, 1999.

VICTORA, Ceres, Gomes (org.) **Pesquisa Qualitativa em saúde:** Uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo editorial, 2000.

ANEXO A: ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DE ALUNOS QUE NÃO APRESENTAM NEES



Sou Fatima Silvane Sampaio, professora da instituição de ensino que seu(a) filho(a) estuda e aluna do curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As questões abaixo servirão de base para a elaboração do meu trabalho de conclusão de curso que terá como principal foco saber como a comunidade escolar está percebendo a inclusão na educação infantil e como se estabelece a relação de alteridade entre inclusos e os que incluem. Comprometo-me em manter sigilo dos dados que possam identificar os sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

Eu, _____ autorizo a utilização dos dados fornecidos neste questionário para fins de pesquisa sobre a inclusão na educação infantil.

Sapiranga, setembro de 2010.

Assinatura _____.

Questionário (destinado as famílias).

- 1) Qual a vantagem para um aluno sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência?
- 2) Você acredita que seu filho poderá aprender e conviver junto com uma criança portadora de necessidades educacionais especiais (deficiência física ou mental)?
Por quê?
- 3) Se você tivesse uma criança com deficiência a colocaria na escola regular ou procuraria uma escola especial? Por quê?
- 4) Na escola de seu filho existem crianças portadoras de necessidades especiais?
Você acredita que seja bom para elas frequentarem a escola que seu filho estuda?
Por quê?

Obs.: Responder no verso desta folha numerando as questões.

Obrigada por sua colaboração, prof^a Fátima.

ANEXO B: ENTREVISTA COM OS PROFESSORES:



Sou Fatima Silvane Sampaio, professora da Unidade de Educação Infantil Dr. Décio Gomes Pereira e aluna do curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As questões abaixo servirão de base para a elaboração do meu trabalho de conclusão de curso que terá como principal foco saber como a comunidade escolar está percebendo a inclusão na educação infantil e como se estabelece a relação de alteridade entre inclusos e os que incluem. Comprometo-me em manter sigilo dos dados que possam identificar os sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

Eu, _____, autorizo a utilização dos dados fornecidos neste questionário para fins de pesquisa sobre a inclusão na educação infantil.

Sapiranga, setembro de 2010.

Assinatura _____

Questionário (destinado aos educadores).

- 1) Você acredita que alunos portadores de necessidades educacionais especiais poderão colaborar positivamente para seu crescimento profissional e pessoal? De que maneira?
- 2) O professor está preparado para a inclusão? E você, sente-se preparado?
- 3) Quais as dificuldades encontradas por você durante o trabalho para a integração dos alunos com NEE?
- 4) Você percebe relações de alteridade (colocar-se no lugar do outro) em sua sala de aula? Como isso se manifesta entre alunos não portadores de necessidades especiais e com alunos especiais?
- 5) Em algum momento você percebe preconceito familiar em relação à inclusão?

Obrigada por sua colaboração.

ANEXO C: ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DE ALUNOS COM NEES



Sou Fatima Silvane Sampaio, professora da instituição de ensino que seu(a) filho(a) estuda e aluna do curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As questões abaixo servirão de base para a elaboração do meu trabalho de conclusão de curso que terá como principal foco saber como a comunidade escolar está percebendo a inclusão na educação infantil e como se estabelece a relação de alteridade entre inclusos e os que incluem. Comprometo-me em manter sigilo dos dados que possam identificar os sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

Eu, _____, autorizo a utilização dos dados fornecidos neste questionário para fins de pesquisa sobre a inclusão na educação infantil.

Sapiranga, setembro de 2010.

Assinatura _____.

Questionário (destinado as famílias de alunos com NEE).

Por que você decidiu colocar seu filho na escola de educação infantil U.E. I Dr. Décio Gomes Pereira?

O que mudou na sua vida e na vida de seu(a) filho(a) após iniciar na escola?

Seu(a) filho(a) frequenta outro tipo de instituição escolar ou de reabilitação? Qual?

Você acredita que ele(a) poderá aprender mais se frequentar a escola regular ou se for para uma escola especial? Por quê?

Qual a vantagem para um aluno sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência? E qual a vantagem para seu filho(a) estar na escola regular?

Obs.: Responder no verso desta folha numerando as questões.

Obrigada por sua colaboração, prof^a Fátima.

ANEXO D: LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL:

A LDB é exemplo também de Lei Ordinária, abaixo, hierarquicamente, no ordenamento jurídico do país, da Lei Magna. Trata-se da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, uma lei derivada da Constituição Federal, fará o conserto (correção social) e concerto (sintonia internacional) da terminologia “portadores de deficiência” para “educandos com necessidades educacionais especiais”.

No seu artigo 4º, inciso III, a LDB diz que o dever do Estado, com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

ANEXO E: RESOLUÇÃO CNE/ CEB N°2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 9º, § 1º, alínea “c”, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos Capítulos I, II e III do Título V e nos Artigos 58 a 60 da

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB 17/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 15 de agosto de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.

Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo

Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.

Art. 3º Por *educação especial*, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

Art. 4º Como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características bio-psicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar:

I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.

(*)CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União,

Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Art. 6º Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;

II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;

III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho,

Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário.

Art. 7º O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I - professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

II - distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;

b) atuação de professores- intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;

c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente;

d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

V – serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

VI – condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

VIII – temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em

3 tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série;

IX – atividades que favoreçam, ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para conclusão, em menor tempo, da série ou etapa escolar, nos termos do Artigo 24, V, “c”, da Lei 9.394/96.

Art. 9º As escolas podem criar, extraordinariamente, classes especiais, cuja organização fundamente-se no Capítulo II da LDBEN, nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, bem como nos referenciais e parâmetros curriculares nacionais, para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandem ajudas e apoios intensos e contínuos.

§ 1º Nas classes especiais, o professor deve desenvolver o currículo, mediante adaptações, e, quando necessário, atividades da vida autônoma e social no turno inverso.

§ 2º A partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno e das condições para o atendimento inclusivo, a equipe pedagógica da escola e a família devem decidir conjuntamente, com base em avaliação pedagógica, quanto ao seu retorno à classe comum.

Art. 10. Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde,

Trabalho e Assistência Social.

§ 1º As escolas especiais, públicas e privadas, devem cumprir as exigências legais similares às de qualquer escola quanto ao seu processo de credenciamento e autorização de funcionamento de cursos e posterior reconhecimento.

§ 2º Nas escolas especiais, os currículos devem ajustar-se às condições do educando e ao disposto no Capítulo II da LDBEN.

§ 3º A partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno, a equipe pedagógica da escola especial e a família devem decidir conjuntamente quanto à transferência do aluno para escola da rede regular de ensino, com base em avaliação pedagógica e na indicação, por parte do setor responsável pela educação especial do sistema de ensino, de escolas regulares em condição de realizar seu atendimento educacional.

Art. 11. Recomenda-se às escolas e aos sistemas de ensino a constituição de parcerias com instituições de ensino superior para a realização de pesquisas e estudos de caso relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando ao aperfeiçoamento desse processo educativo.

Art. 12. Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.

§ 1º Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infraestrutura definidos.

§ 2º Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos

aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso.

Art. 13. Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

§ 1º As classes hospitalares e o atendimento em ambiente domiciliar devem dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas da Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar, e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular.

§ 2º Nos casos de que trata este Artigo, a certificação de frequência deve ser realizada com base no relatório elaborado pelo professor especializado que atende o aluno.

Art. 14. Os sistemas públicos de ensino serão responsáveis pela identificação, análise, avaliação da qualidade e da idoneidade, bem como pelo credenciamento de escolas ou serviços, públicos ou privados, com os quais estabelecerão convênios ou parcerias para garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, observados os princípios da educação inclusiva.

Art. 15. A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 16. É facultado às instituições de ensino, esgotadas as possibilidades pontuadas nos Artigos 24 e 26 da LDBEN, viabilizar ao aluno com grave deficiência mental ou múltipla, que não apresentar resultados de escolarização previstos no Inciso I do Artigo 32 da mesma Lei, *terminalidade específica* do ensino fundamental, por meio da certificação de conclusão de escolaridade, com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo educando, bem como o encaminhamento devido para a educação de jovens e adultos e para a educação profissional.

Art. 17. Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que

apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino.

§ 1º As escolas de educação profissional podem realizar parcerias com escolas especiais, públicas ou privadas, tanto para construir competências necessárias à inclusão de alunos em seus cursos quanto para prestar assistência técnica e convalidar cursos profissionalizantes realizados por essas escolas especiais.

§ 2º As escolas das redes de educação profissional podem avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desses procedimentos, para o mundo do trabalho.

Art. 18. Cabe aos sistemas de ensino estabelecer normas para o funcionamento de suas escolas, a fim de que essas tenham as suficientes condições para elaborar seu projeto pedagógico e possam contar com professores capacitados e especializados, conforme previsto no Artigo 59 da LDBEN e com base nas

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena.

§ 1º São considerados *professores capacitados* para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;

II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;

IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

§ 2º São considerados *professores especializados em educação especial* aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização,

adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;

§ 4º Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 19. As diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica estendem-se para a educação especial, assim como estas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial estendem-se para todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Art. 20. No processo de implantação destas Diretrizes pelos sistemas de ensino, caberá às instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em regime de colaboração, o estabelecimento de referenciais, normas complementares e políticas educacionais.

Art. 21. A implementação das presentes Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica será obrigatória a partir de 2002, sendo facultativa no período de transição compreendido entre a publicação desta Resolução e o dia 31 de dezembro de 2001.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

Presidente da Câmara de Educação Básica